



Relatório e Contas 2015

11	Relatório de Gestão – Contas Consolidadas
17	Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2015
18	Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas
19	Demonstração Consolidada das alterações no capital próprio do período 2015
20	Demonstração Consolidada das alterações no capital próprio do período 2014
21	Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2015
25	Anexo ao Relatório
53	Relatório e Parecer do Fiscal Único
57	Certificação Legal das Contas Consolidadas
61	Organigrama
65	Certificações

A Seth - Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, foi constituída em 1933 pela empresa dinamarquesa Højgaard & Schultz a/s, sendo hoje uma das principais empresas portuguesas de Obras Marítimas e uma referência internacional na Engenharia Costeira e Portuária.

Ao longo dos seus 83 anos de história a empresa tem realizado numerosos trabalhos de construção civil, industrial e obras públicas para a Administração Central e Autárquica, Institutos Autónomos, Forças Armadas Portuguesas, Forças Armadas dos EUA e para a NATO.

A Seth estabeleceu-se rapidamente como uma empresa de tecnologia avançada e, nos últimos anos executou inúmeros projectos que

constituíram inovações em Portugal e mesmo no Mundo. Destacamos de entre aqueles, os maiores Core-Loc do mundo (33 toneladas cada), o maior açude insuflável da Península Ibérica e o primeiro cais de acostagem em Portugal construído em cortinas de estacas-prancha ancoradas.

Esta é uma imagem da empresa de sempre, a inovação na busca de soluções para a execução dos projectos dos clientes.

A partir de 2004 esta forma de actuação serviu de base à internacionalização da empresa que se estende hoje à Argélia, Guiné-Conakry, Cabo Verde, Moçambique, Angola e Gibraltar, entre outros.



Depois de anos muito difíceis e de um conjunto de exercícios decepcionantes, a empresa alcançou, em 2015, resultados muito positivos em linha com os seus melhores anos.

O volume de negócios mais que duplicou e os resultados foram significativamente positivos.

A empresa desenvolve a sua atividade em três áreas de negócio específicas: Infraestruturas Marítimas, Transmissão de Energia e Geotecnia.

A atuação geográfica desenvolveu-se em Portugal, na Europa Mediterrânica e em África.

A principal contribuição para o aumento expressivo do volume de negócios veio da área de Transmissão de Energia e do mercado de Moçambique, onde se continua a deter a maior parte da carteira de encomendas.

No ano de 2015 e na área das infraestruturas marítimas, embora não se tendo alcançado o nível de atividade desejado, foram executados trabalhos em Cabo Verde, Gibraltar e na Guiné de montante e importância significativa.

Em Portugal, pelo contrário, o nível de atividade foi dos mais baixos de que há memória.

Com efeito o mercado terá crescido 1,5% em relação a 2014, tendo a economia no seu todo registado um crescimento de 1,7%.

A atividade da empresa foi desenvolvida em cerca de 83% em África e 10% na Europa, tendo Portugal respondido por uma quota de 7% da atividade global.

Em face do descrito foi possível mais que duplicar o volume de negócios em relação ao ano anterior, tendo sido alcançado o montante de € 52.615.392. O EBIT registou um valor de € 5.024.075, correspondentes a 9,5% do volume de negócios.

O Resultado Líquido atingiu o montante de € 3.766.959.

No final do ano a carteira de encomendas ascendeu ao montante de € 41.475.234.

Indicadores Económico-Financeiros

Em 2015, as depreciações dos activos fixos tangíveis totalizaram 1.014.715 Euros, tendo sido utilizado o método das quotas constantes. Os bens de valor de aquisição inferiores a 1.000 Euros foram totalmente depreciados em 2015.

O Capital Próprio da empresa era no final do período de 8.202.418 Euros.

Antevisão 2016 e eventos após o fim do período

A confirmação da adjudicação, em Janeiro de 2016, da Opção 1 do contrato MixCredit em Moçambique para a EDM, no montante global de € 25 Milhões ao consórcio no qual a Seth participa em 50%, alterou o montante da carteira de encomendas em quase € 13 Milhões.

A atual carteira de encomendas em execução e as oportunidades identificadas no mercado de transmissão de energia em Moçambique e no Botswana, bem como as possibilidades de continuidade de trabalhos na Guiné e em Gibraltar permitem antecipar um ano de 2016 em linha com o ano de 2015.

Como tal prevê-se alcançar um volume de negócios de aproximadamente € 50 milhões e um EBIT de 6%.

Relatório e Contas 2015



INTRODUÇÃO

Depois de anos muito difíceis e de um conjunto de exercícios decepcionantes, a empresa alcançou, em 2015, resultados muito positivos em linha com os seus melhores anos.

Com efeito, a significativa carteira de encomendas que se detinha e que tardava em ser concretizada, fruto de atrasos nos processos de decisão característicos dos mercados em que operamos, acabou por ver os impedimentos ultrapassados.

O volume de negócios mais que duplicou e os resultados foram significativamente positivos.

A empresa desenvolve a sua atividade em três áreas de negócio específicas: Infraestruturas Marítimas, Transmissão de Energia e Geotecnia.

A atuação geográfica desenvolveu-se em Portugal, na Europa Mediterrânica e em África.

A principal contribuição para o aumento expressivo do volume de negócios veio da área de Transmissão de Energia e do mercado de Moçambique, onde se continua a deter a maior parte da carteira de encomendas. O desenvolvimento há muito aguardado dos contratos adquiridos em 2013 permitiu o duplicar do volume de negócios e o retorno aos resultados positivos, bastante satisfatórios e acima dos objetivos. No ano de 2015 e na área das infraestruturas marítimas, embora não se tendo alcançado o nível de atividade desejado, foram executados trabalhos em Cabo Verde, Gibraltar e na Guiné de montante e importância significativa.

Em Portugal, pelo contrário, o nível de atividade foi dos mais baixos de que há memória.

O setor da construção em Portugal, embora registando pela primeira vez em muitos anos um aumento de atividade, esta ocorreu em áreas de atividade onde a empresa não opera. Com efeito o mercado terá crescido 1,5% em relação a 2014, tendo a economia no seu todo registado um crescimento de 1,7%.

Infelizmente, tal não foi o panorama do mercado de infraestruturas que registou o mais baixo nível de investimento público desde 2011, cenário que não deverá sofrer alterações em 2016 devido ao atraso na implementação dos projetos do novo quadro comunitário e do total alheamento de Portugal em relação às oportunidades de desenvolvimento do PETI-3 através do Plano Juncker.

A atividade da empresa foi desenvolvida em cerca de 83% em África e 10% na Europa, tendo Portugal respondido por uma quota de 7% da atividade global.

Este será um padrão para o qual não se perspetiva uma alteração nos próximos anos, pelo que o desenvolvimento de atividades da empresa seguirá a estratégia atual e deverá nesse período ter uma composição muito idêntica à registada em 2015.

O nível de atividade poderia ter sido maior não fora o atraso registado em dois dos cinco lotes do projeto EDAP para a EDM em Moçambique, por razões burocráticas e a não concretização de algumas intenções de adjudicação em Angola, fruto da situação económica do país. Neste último mercado não se registou no exercício qualquer atividade e apesar de se continuar a ter contactos com

os clientes e se ter recebido intenções de adjudicação, não é expectável que se venham a concretizar nem é neste momento desejável que tal aconteça, devido às dificuldades em operar que a situação da economia angolana coloca.

Em sentido oposto e uma vez declarado pela Organização Mundial de Saúde o fim do surto de Ébola registado nos países do golfo da Guiné foi possível executar sem sobressaltos os trabalhos adjudicados na Guiné Conakry referentes à última fase do terminal de contentores de Kamsar.

Em face do descrito foi possível mais que duplicar o volume de negócios em relação ao ano anterior, tendo sido atingido o montante de € 52.615.392.

O EBIT registou um valor de €5.024.075, correspondentes a 9,5% do volume de negócios.

O Resultado Líquido atingiu o montante de € 3.766.959. No final do ano a carteira de encomendas ascendia ao montante de € 41.475.234.

ACTUAÇÃO NO MERCADO

Com base naquelas que são as suas áreas de competência, a empresa continuou a desenvolver a sua atividade e procurar novas oportunidades de acordo com os princípios base do seu plano de negócios que se centra nas Infraestruturas Marítimas e Hidráulicas, Transmissão de Energia e Geotecnia, tendo como alvo clientes nos setores do Oil & Gaz, da Mineração e de concessionários portuários no caso dos privados e das empresas de energia e administrações portuárias no caso dos clientes públicos.

Tendo em vista uma redução da exposição a um único mercado no que à área da Transmissão de Energia respeita, começou a procurar-se oportunidades noutros países da comunidade económica da África Austral.

A empresa realizou em 2015 trabalhos em Portugal, Gibraltar, Cabo Verde e Moçambique.

Das obras concluídas em 2015, salientamos as seguintes:

- North Mole Pier Extention (Cais de Caixotões)
Cliente: Casais Gibraltar / Governo de Gibraltar
- Reparação de Emergência Linha de 220 Kva-Mocuba
Cliente: E.D.M (Moçambique)
- Cais de Combustíveis
Cliente: Enacol (Cabo Verde)

Das obras em execução que transitam para 2016 salientamos:

- Reinforcement and Extention of the National Power Transmission Grid,
Cliente: E.D.M (Moçambique)
- EDAP Grid Extention, Lotes 3, 4, 5, 7 e 8
Cliente: E.D.M (Moçambique)
- Kamsar Container Terminal, Kamsar-Guiné Conakry
Cliente: GAC/Emirates Global Alumina

SUCURSAIS, SUBSIDIÁRIAS E AGRUPAMENTOS

SUCURSAIS

Seth ARGÉLIA

As operações neste mercado foram terminadas, pelo que a sucursal se mantém apenas ativa para cumprimento de obrigações legais e recuperação de alguns créditos no âmbito dos consórcios e agrupamentos de que fez parte.

Seth MOÇAMBIQUE

A atividade em Moçambique foi bastante intensa e de acordo com o nível de encomendas que há muito se detinha. Os trabalhos de eletrificação para a EDM constituem a totalidade da actividade tendo a empresa, em carteira, encomendas para conclusão até ao final do ano de 2017. De salientar que todos estes trabalhos são financiados por agências de cooperação europeias ou bancos de desenvolvimento pelo que a segurança de pagamentos e a previsibilidade de fluxos de tesouraria tem um nível de risco inferior ao que caracteriza este mercado em geral.

O ano de 2016 vai registar um nível de atividade idêntico ao de 2015, estando em estudo novas oportunidades que permitam manter o atual nível de encomendas para além de 2017.

Seth GUINÉ

Em Abril de 2015, foi constituída a sucursal na Guiné para a execução do contrato com a GAC.

A adjudicação e início dos trabalhos da terceira fase do terminal de contentores de Kamsar que se iniciou em Abril de 2015 terá a sua conclusão em Junho de 2016.

Estão em estudo mais oportunidades para o mesmo cliente que poderão conduzir à permanência em atividade no país para além do término dos trabalhos em curso.

Seth GIBRALTAR

Durante o ano de 2015 foram executados os trabalhos de construção de um cais de caixotões em associação com a empresa Casais Gibraltar para o Governo de Gibraltar.

Os trabalhos foram terminados em Agosto de 2015 permanecendo a sucursal ativa em virtude da perspectiva de novos trabalhos no próximo ano.

Seth CABO VERDE

Tendo terminado os trabalhos respeitantes à execução de um novo cais de combustíveis para a empresa Enacol, a sucursal permanece ativa para cumprimento de obrigações legais.

Embora continuando a atividade comercial tendente a identificar novas oportunidades neste mercado, não existe previsão de novas encomendas.

SUBSIDIÁRIAS

SETHANGOLA, SA

A difícil situação da economia angolana não permitiu concretizar as expectativas existentes no final de 2014. Manteve-se a actividade comercial mas não se registaram novas encomendas pelo que a atividade no exercício foi nula.

Apesar da situação existente, os clientes confirmaram

as intenções de adjudicação obtidas em 2014 de um Sealine em Cabinda para a AmalAngola/Sonangol e a construção de um Cais e Quebramar em Cabinda para o IMPA. Este último trabalho em consórcio com a MotaEngilAngola e a empresa chinesa CGGC. O montante global destes trabalhos deverão ascender a USD 40 Milhões a realizar em dois anos. No entanto, a situação na economia angolana fruto da baixa abrupta dos preços do petróleo torna imprevisível a data de concretização destas oportunidades.

A empresa continuará no entanto a sua presença no mercado e o contacto permanente com os clientes indicados com vista a preparar da melhor forma a execução dos projetos indicados, uma vez se encontrem reunidas condições para tal.

O resultado em 2015 foi negativo e em linha com o antecipado.

SETHMOZ, SA

A empresa não desenvolveu atividade durante o ano de 2015

A sociedade é controlada em 60% pela Seth sendo o restante capital de entidades moçambicanas.

O resultado foi em linha com o antecipado e de acordo com a não existência de actividade.

Não se antecipa que o ano de 2016 tenha um desenvolvimento diferente.

MARINERTES, SA

A empresa colocou uma série de ações judiciais por forma a contestar os impedimentos que lhe foram colocados para a realização das obrigações decorrentes das licenças que lhe foram concedidas.

Não ocorreram desenvolvimentos significativos na situação descrita.

A Seth detém uma participação de 29% nesta empresa.

AGRUPAMENTOS

CONSTRUSALAMONDE, ACE

Os trabalhos foram terminados em 2015, decorrendo o período de garantia. A Seth aguarda decisão sobre alguns pedidos de trabalhos não previstos, integrados numa queixa mais vasta, em negociação no seio do ACE com o cliente.

O resultado desta negociação cujo término se antecipa ocorrerá durante o ano de 2016 e poderá ter um impacto muito positivo na expectativa económica do trabalho.

A Seth tem uma participação de 7,5% no agrupamento.

GMP MEK ACE e GMP ACE

Em 2012, estes agrupamentos concluíram a sua actividade de execução de empreitadas na Argélia, pelo que encontram-se em período de garantia. A participação da SETH é de 33,3% em ambos os agrupamentos.

SOMAGUE/SETH – CAIS DO JARDIM DO TABACO

1ª FASE, ACE

O ACE foi constituído para a execução da empreitada de reabilitação e reforço do cais entre Santa Apolónia e o Jardim do Tabaco, 1ª Fase. O período de garantia terminou em 2015, pelo que o agrupamento foi liquidado durante o ano.

CAIS DE CRUZEIROS, 2ª FASE ACE

O ACE foi constituído para a execução da empreitada de reabilitação e reforço do cais entre Santa Apolónia e o Jardim do Tabaco, 2ª Fase. Os trabalhos foram concluídos em 2011, pelo que se encontram em período de garantia.

HIGIENE, SEGURANÇA E AMBIENTE

No âmbito da certificação do Sistema de Gestão Integrado de Segurança e Ambiente (SGISA) pela Norma ISO 14001:2004 (Concessão) pela Norma NP 4397-2008 (OHSAS 18001:2007) (Renovação) realizou-se a respetiva auditoria de nos dias 11,12,18,25 e 26 de Junho de 2015 pela entidade certificadora APCER - Associação Portuguesa de Certificação.

Relativamente ao Sistema Gestão Ambiental foi realizada uma nova auditoria de concessão com a finalidade de acerto das datas de renovação dos certificados de ambos os Sistemas Segurança e Ambiente.

A auditoria focalizou-se na verificação da documentação, visita a obras, ao Estaleiro Central e Sede da SETH. No relatório da auditoria foram registadas as conclusões pela entidade certificadora e identificadas as não conformidades e as oportunidades de melhoria do SGISA.

Todas as constatações identificadas foram, mais uma vez, incluídas nos nossos objetivos do sistema. As conclusões da auditoria foram, mais uma vez, bastante positivas.

Foi concluído o processo de Integração de Sistemas, que permite o acerto de datas de renovação tornando mais céleres as renovações dos referidos sistemas.

Durante o ano reforçaram-se as acções de formação e os meios destinados à prevenção, essencialmente os respeitantes às protecções colectivas e aos equipamentos de trabalho de grande porte. A formação tem abrangido os trabalhadores da Seth e de subempreiteiros aumentando assim a cultura de segurança nas nossas obras.

Índices de Sinistralidade de 2015

Os valores registados para os Índices de Sinistralidade de 2015 foram de zero para ambos os Índice de Frequência e Índice de Gravidade, uma vez que ocorreu apenas um acidente de trabalho mas o sinistrado não teve dias de ausência ao trabalho por baixa.

QUALIDADE E I&D

No âmbito da certificação do Sistema de Gestão de Qualidade pela Norma ISO 9001:2008 realizou-se a Auditoria de Concessão nos dias 11,17 e 18 de Dezembro de 2015 pela entidade certificadora APCER – Associação Portuguesa de Certificação.

A auditoria focalizou-se na verificação da documentação, visita à obra em Setúbal (Armazém SAPEC), ao Estaleiro Central e Sede da SETH.

Como pontos fortes observados na auditoria destacam-se: o empenho e a motivação da equipa de trabalho e das áreas envolvidas, a organização da documentação em obra, a motivação dos colaboradores contactados e o seu envolvimento na melhoria dos sistemas implementados e a disponibilidade e postura construtiva demonstrados por todos os colaboradores.

A auditoria permitiu confirmar que os Sistemas de Gestão, certificados pela Apcer, têm ganho eficácia, sendo alterados e adaptados com sucesso à realidade da empresa. De forma a dar continuidade a este processo de adaptação e melhoria dos Sistemas de Gestão, foi definido que em 2016 serão integrados os Sistemas de Gestão de Segurança e Ambiente no Sistema de Gestão da Qualidade.

Em 2015 verificou-se um aumento da atividade de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI) desenvolvidos pela empresa. Tal atividade concentrou-se no estudo da aplicação dos modelos BIM na gestão e execução de obras, tendo aumentado a cooperação com técnicos do acionista maioritário que opera num mercado onde a utilização desta metodologia já se encontra madura. Com base nesta colaboração foi definida a constituição em 2016 de um grupo de implementação BIM e VDC (Virtual Design & Construction) que irá ser o responsável pela implementação destas metodologias na empresa.

A SETH mantém-se associada da Plataforma Tecnológica Portuguesa da Construção (PTPC) que tem como objeto promover a reflexão sobre o setor e a implementação de iniciativas e projetos de investigação, desenvolvimento e inovação que possam contribuir para a melhoria da competitividade e internacionalização da Construção Portuguesa.

A empresa é associada da FUNDEC-Associação para a Formação e o Desenvolvimento em Engenharia Civil e Arquitectura, numa parceria entre a universidade e as empresas com o objetivo de potenciar a capacidade de I&D da empresa e complementar a formação contínua dos seus colaboradores. Durante o ano foram identificadas duas áreas de possível desenvolvimento conjunto de atividades na área do BIM/VDC e da optimização de estruturas metálicas de torres de transmissão de energia.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Política de Responsabilidade Social existente na Seth e implementada nas suas atividades, rege-se por princípios morais e de ética profissional que salvaguardam o respeito, a integridade e a confiança. Nela, a Seth, compromete-se ao cumprimento de diversos compromissos legais, sociais e morais para com os trabalhadores, clientes e sociedade em geral.

A Seth assume-se como uma organização socialmente responsável, onde nas tomadas de decisão, valoriza e respeita a comunidade e o ambiente onde opera.

Na sua atividade tem demonstrado o respeito pelos direitos humanos, a preocupação pelas gerações futuras através da aposta no desenvolvimento sustentável, o investimento na valorização pessoal dos colaboradores, a proteção do ambiente, o cumprimento das normas sociais e o respeito pelos valores e princípios éticos da nossa sociedade.

Respeito pelo Ambiente

A Política Ambiental da empresa assume que a proteção e conservação do ambiente é uma preocupação, não só pela necessidade de dar resposta às exigências da

legislação aplicável mas também por contribuir para um desenvolvimento sustentável.

Como respeito pela preservação do meio ambiente, a Seth tem implementado no seu edifício sede, várias medidas de ecoeficiência e devido à importância dada pela empresa à proteção ambiental, aliado ao facto de novas soluções surgirem constantemente no mercado, estão em análise novas medidas de poupança energética a implementar na sede e no estaleiro central.

São frequentes as ações de formação aos nossos colaboradores, onde estes são sensibilizados para a conservação do meio ambiente através de uma utilização eficaz e responsável dos recursos disponíveis.

Apoio à comunidade

Ao longo dos anos a Seth tem participado, a diversos níveis em projetos e com instituições de carácter social que desenvolvem ações humanitárias e de solidariedade a nível nacional e internacional. O conjunto dessas iniciativas de apoio à comunidade, não servem apenas o curto propósito de retorno de imagem ou financeiro, mas sim o objetivo primordial de contribuir para o desenvolvimento e o bem-estar dessas comunidades.

De entre os apoios em patrocínios concedidos, destacamos:

APCA – Associação Portuguesa da Classe Access

A Seth apoia a associação desportiva APCA, sem fins lucrativos, que tem por finalidade a promoção, representação e direção técnica do desporto de Vela Classe Access, como modalidade da prática do desporto de vela adaptada. A SETH patrocina o projeto “SETH Sail”, que tem por objetivo a divulgação e promoção da prática do desporto de vela adaptada em todo o território nacional.

Em donativos efetuados em 2015, destacamos:

Pro Dignitate – Fundação de Direitos Humanos

A Fundação Pro Dignitate tem fins humanitários e sociais, visando, sem fins lucrativos, a promoção dos direitos humanos, através de estudos científicos, planeamento, promoção e avaliação de medidas preventivas e de outras ações dirigidas à defesa daqueles direitos.

Um Pequeno Gesto Uma Grande Ajuda

A Um Pequeno Gesto é uma ONGD sem fins lucrativos, legalmente reconhecida, que actua em Moçambique (Província de Gaza) desde 2004. A sua estrutura e intervenção têm vindo a crescer e hoje em dia apoia diretamente mais de 900 crianças através do Programa de Apadrinhamento, aprofundando-o com Projectos em áreas como Educação, Infra-estruturas, Alívio à Pobreza e Sustentabilidade.

INDICADORES ECONÓMICOS-FINANCEIROS

Em 2015, as depreciações dos activos fixos tangíveis totalizaram 1.014.715 Euros, tendo sido utilizado o método das quotas constantes. Os bens de valor de aquisição inferiores a 1.000 Euros foram totalmente

depreciados em 2015.

O Capital Próprio da empresa era no final do período de 8.202.418 Euros.

APLICAÇÕES DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe a seguinte distribuição de resultados:

- a) 900.000 Euros a distribuir aos accionistas a título de dividendos;
- b) 300.000 Euros a distribuir aos trabalhadores a título de gratificações;
- c) 2.566.959 Euros a afectar à conta de Resultados Transitados .

ANTEVISÃO 2016 E EVENTOS APÓS O FIM DO EXERCÍCIO

A confirmação da adjudicação, em Janeiro de 2016, da Opção 1 do contrato MixCredit em Moçambique para a EDM, no montante global de € 25 Milhões ao consórcio no qual a Seth participa em 50%, alterou o montante da carteira de encomendas em quase € 13 Milhões.

A atual carteira de encomendas em execução e as oportunidades identificadas no mercado de transmissão de energia em Moçambique e no Botswana, bem como as possibilidades de continuidade de trabalhos na Guiné e em Gibraltar permitem antecipar um ano de 2016 em linha com o ano de 2015

Como tal prevê-se alcançar um volume de negócios de aproximadamente € 50 milhões e um EBIT de 6%.

Queijas, 15 de Fevereiro de 2016

O Conselho de Administração

Ricardo Pedrosa Gomes (Presidente)

Peter Kofoed

Steffen Kremmer

Villy Petersen



Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2015

Unidade Monetária: EURO

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2015	31-12-2014
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	5 653 505	5 799 850
Participações Financeiras - método equivalência patrimonial	7	-	-
Clientes com depósito de garantia	10	3 241 508	1 092 409
		8 895 013	6 892 259
Activo corrente			
Inventários	9	319 416	319 942
Clientes	10	13 385 314	7 765 142
Adiantamentos a fornecedores	11	1 892 602	2 582 326
Estado e outros entes públicos	12	1 182 015	889 214
Outras contas a receber	13	9 576 327	8 890 969
Diferimentos	14	155 004	126 781
Activos financeiros detidos para negociação	15	20 116	20 116
Activos detidos para venda	16	-	277 213
Caixa e depósitos bancários	4	3 707 238	2 167 261
		30 238 032	23 038 964
Total do activo		39 133 045	29 931 223
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital Realizado	17	4 000 000	4 000 000
Reservas legais	18	801 069	801 069
Outras reservas	18	197 542	197 542
Resultados transitados	20	25 987	1 915 082
Ajustamentos em activos financeiros	21	143 512	47 117
Outras variações no capital próprio	22	(732 651)	(13 686)
		3 766 959	(1 889 096)
Resultado Líquido			
Interesses Minoritários		-	-
Total Capital Próprio		8 202 418	5 058 028
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	23	1 616 192	29 910
Financiamentos obtidos	24	881 806	1 565 166
		2 497 998	1 595 076
Passivo corrente			
Fornecedores	26	8 762 669	7 282 315
Adiantamentos de clientes	27	8 099 088	6 524 303
Estado e outros entes públicos	12	798 071	735 390
Financiamentos obtidos	24	5 419 573	2 465 900
Outras contas a pagar	25	3 498 892	5 548 042
Diferimentos	14	1 854 336	722 169
		28 432 629	23 278 119
Total do passivo		30 930 627	24 873 195
Total do capital próprio e do passivo		39 133 045	29 931 223

O Conselho de Administração
Ricardo Pedrosa Gomes (Presidente)
Peter Kofoed
Steffen Kremmer
Villy Petersen

A Técnica Oficial de Contas
Sofia Mendes

Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Unidade Monetária: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		31-12-2015	31-12-2014
Vendas e serviços prestados	28	52 615 392	23 113 879
Subsídios à exploração	29	3 356	4 782
Trabalhos para a própria entidade	30	0	3 844
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	31	(10 842 758)	(3 704 200)
Fornecimentos e serviços externos	32	(27 548 277)	(14 678 528)
Gastos com pessoal	33	(6 553 269)	(5 308 582)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	(271 004)	(162 167)
Provisões (aumentos/reduções)	21	(1 577 057)	22 183
Aumentos / reduções de justo valor		-	(684)
Outros rendimentos e ganhos	34	1 853 359	1 472 421
Outros gastos e perdas	35	(1 640 951)	(898 206)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		6 038 790	(135 250)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	(1 014 715)	(997 194)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		5 024 076	(1 132 444)
Juros e rendimentos similares obtidos	36	14 482	116 260
Juros e gastos similares suportados	37	(824 996)	(418 150)
Resultado antes de impostos		4 213 561	(1 434 334)
Imposto sobre o rendimento do período	8	(446 602)	(454 762)
Resultado Líquido do período		3 766 959	(1 889 096)
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Interesses minoritários			
Resultado por acção básico		(0,94)	(0,88)

O Conselho de Administração
 Ricardo Pedrosa Gomes (Presidente)
 Peter Kofoed
 Steffen Kremmer
 Villy Petersen

A Técnica Oficial de Contas
 Sofia Mendes

Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio no Período 2015

Unidade Monetária: EURO

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe												
		Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros investimentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em Activos Financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no Capital Próprio	Resultado Líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	1	2.4	4 000 000	-	-	-	801 069	197 542	1 915 082	47 117	-	(13 686)	(1 889 095)	5 058 030
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico														-
Alterações de políticas contabilísticas														-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis														-
Ajustamentos por impostos diferidos														-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio									96 395		(718 965)			(622 570)
	2		-	-	-	-	-	-	96 395		(718 965)		-	(622 570)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3												3 766 959	3 766 959
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3												3 766 959	3 144 389
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital														-
Realizações de prémios de emissão														-
Distribuições														-
Entradas para cobertura de perdas														-
Outras operações									(1 889 095)				1 889 095	-
	5		-	-	-	-	-	-	(1 889 095)	-	-	-	1 889 095	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2014	6=1+2+3+5		4 000 000	-	-	-	801 069	197 542	25 987	143 512	-	(732 651)	3 766 959	8 202 419

O Conselho de Administração
 Ricardo Pedrosa Gomes (Presidente)
 Peter Kofoed
 Steffen Kremmer
 Villy Petersen

A Técnica Oficial de Contas
 Sofia Mendes

Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio no Período 2014

Unidade Monetária: EURO

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe												
		Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros investimentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em Activos Financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no Capital Próprio	Resultado Líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014	1	2.4	4 000 000	-	-	-	801 069	117 648	2 535 898	61 482	-	(37 742)	(707 617)	6 770 739
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico														-
Alterações de políticas contabilísticas														-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis														-
Ajustamentos por impostos diferidos														-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							79 894	86 801	(14 365)		24 056			176 386
	2		-	-	-	-	79 894	86 801	(14 365)		24 056		-	176 386
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3												(1 889 095)	(1 889 095)
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3												(1 889 095)	(1 889 095)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital														-
Realizações de prémios de emissão														-
Distribuições														-
Entradas para cobertura de perdas														-
Outras operações								(707 617)					(707 617)	-
	5		-	-	-	-	-	(707 617)	-	-	-		(707 617)	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2014	6=1+2+3+5		4 000 000	-	-	-	801 069	197 542	1 915 082	47 117	-	(13 686)	(1 889 096)	5 058 030

O Conselho de Administração
 Ricardo Pedrosa Gomes (Presidente)
 Peter Kofoed
 Steffen Kremmer
 Villy Petersen

A Técnica Oficial de Contas
 Sofia Mendes

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXA

(PERÍODO FINDO EM 31 de Dezembro de 2015)

Unidade Monetária: EURO

Rubricas	Notas	Período 31 Dez 2015	Período 31 Dez 2014
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo	4		
Recebimentos de clientes		44 283 914	24 871 705
Pagamentos a fornecedores		(33 713 442)	(19 700 500)
Pagamentos ao pessoal		(6 207 958)	(5 204 832)
Caixa gerada pelas operações		4 362 514	(33 627)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(370 962)	(338 688)
Outros recebimentos/pagamentos		(4 222 212)	(817 940)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(230 660)	(1 190 255)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(999 509)	(453 149)
Investimentos Financeiros		-	(13 000)
Recebimentos provenientes de::			
Activos fixos tangíveis		119 070	284 017
Investimentos Financeiros		-	200 000
Outros Activos		500 000	-
Juros e rendimentos similares		2 007	5 031
Dividendos		115 469	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(262 963)	22 898
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		3 049 646	1 688 237
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(779 332)	(855 673)
Juros e gastos similares		(131 723)	(107 915)
Dividendos		(104 990)	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		2 033 600	724 649
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		1 539 977	(442 707)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 167 261	2 609 968
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 707 238	2 167 261

O Conselho de Administração
Ricardo Pedrosa Gomes (Presidente)
Peter Kofoed
Steffen Kremmer
Villy Petersen

A Técnica Oficial de Contas
Sofia Mendes

Anexo

1 Identificação da entidade

A Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A. (“SETH” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima com sede social na Av. Tomás Ribeiro, 145 em Queijas, tendo sido constituída em 17/03/1933 e tem por principal actividade Engenharia e Construção Civil.

A Empresa é detida maioritariamente pela MT Højgaard a/s, com sede social na Dinamarca.

2 Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 As demonstrações financeiras da SETH foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa, no dia 15 de Fevereiro de 2016, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2015 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2014.

As empresas incluídas na consolidação:

Subsidiárias

MAISTRÊS – Desenvolvimento Imobiliário Sociedade Unipessoal, LDA.

Av. Tomás Ribeiro, 145 – QUEIJAS

Parte de capital detido pela SETH - 100%

SethAngola, S.A.

Av. Comandante Valódia, n.º 5 – 6.º, apt 61, Kinaxixi – Luanda – ANGOLA

Parte de capital detido pela SETH – 60%

SethMoz – Construção, Engenharia & Obras Públicas, SA.

Praça dos Trabalhadores, nº 50, 5º andar

Maputo - Moçambique

Parte de capital detido pela SETH – 60%

Empresas associadas

Marinertes, S.A.

Rotunda Engenheiro Edgar Cardoso, 23, 8.ªA, VILA NOVA DE GAIA

Parte de capital detido pela SETH - 29%

Empreendimentos Conjuntos

CMM/SETH, ACE

Rua do Hospital, s/n, Santa Rita, Praia da Vitória

Parte de capital detido pela SETH - 50,00%

AARSLEFF – SETH JV I/S

Lokesvej 15, DK8230 Aabyhøj, DINAMARCA

Parte de capital detido pela SETH - 50%

Cais de Cruzeiros – 2ª Fase, ACE

Rua da Tapada da Quinta de Cima, Linhó 2714-555 SINTRA

Parte de capital detido pela SETH - 37,5%

GMP - GRUPO MARÍTIMO PORTUGUÊS, A.C.E.

Lagoas Park, Edifício Um, 2740-265 PORTO SALVO

Parte de capital detido pela SETH - 33,33%

GMP MEK – GRUPO MARÍTIMO PORTUGUÊS MERS EL KEBIR, A.C.E.

Lagoas Park, Edifício Um, 2740-265 PORTO SALVO

Parte de capital detido pela SETH - 33,33%

SOMAGUE/SETH

Cais do Jardim do Tabaco – 1ª Fase, ACE

Rua da Tapada da Quinta de Cima, Linhó 2714-555 SINTRA

Parte de capital detido pela SETH - 50%

2.2 Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3 Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados

significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras, na Nota 3.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro e na Nota 3.5 – Principais fontes de incerteza das estimativas.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Princípios de consolidação

Datas de referência

As demonstrações financeiras consolidadas reflectem os activos, passivos e resultados do Grupo e das suas empresas subsidiárias, relativamente aos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Participações financeiras em subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a SETH exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando a Empresa detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a SETH detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento no qual a SETH assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, tal excesso é atribuível à SETH na medida em que for incorrido. Subsequentes lucros obtidos por tal subsidiária são reconhecidos como proveitos da SETH até que as perdas previamente absorvidas sejam recuperadas.

Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras das subsidiárias da SETH são preparadas na sua moeda funcional. As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em euros, que é a moeda funcional da SETH.

As demonstrações financeiras das empresas cuja moeda funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- Os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- Os rendimentos e gastos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio aproximadas das taxas reais nas datas das transacções;
- As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício,

entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração de resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Saldos e transacções eliminados na consolidação

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intra grupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação da SETH nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

Entidades conjuntamente controladas

As entidades conjuntamente controladas, são reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que este cesse e são entidades em que a Empresa tem controlo conjunto definido por acordo contratual.

b) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Na data da transição para as NCRF a Empresa decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 7.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo. A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos activos fixos tangíveis são calculadas segundo o método da linha recta, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	8-50
Equipamento básico	3-16
Equipamento de transporte	4-10
Equipamento administrativo	3-10
Equipamentos biológicos	-
Outros activos fixos tangíveis	5-12

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do activo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

c) **Locações**

A Empresa classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transacção e não da forma do contrato. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Locações operacionais

Os pagamentos/recebimentos efectuados pela Empresa à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos/rendimentos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os custos directos iniciais do locatário são adicionados à quantia reconhecida como activo.

Os pagamentos mínimos da locação financeira são repartidos pelo encargo financeiro e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são imputados a cada período durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

d) **Participações financeiras**

Investimentos em subsidiárias

As participações financeiras em subsidiárias em que

a Empresa exerce o controlo directo e indirecto são registadas pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando a Empresa detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma Empresa ou de uma actividade económica a fim de obter benefícios da mesma, mesmo que a percentagem que detém seja inferior a 50%.

Investimentos em associadas

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que a Empresa adquire a influência significativa directa ou indirecta até ao momento em que a mesma termina, excepto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a Empresa, caso em que foi usado o método do custo. As associadas são entidades nas quais a Empresa tem influência significativa mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que a Empresa exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a Empresa detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Existência de transacções materiais entre a Empresa e a participada;
- Intercâmbio de quadros de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.

O *goodwill* relacionado com uma associada é incluído na quantia escriturada do investimento. Contudo, a amortização desse *goodwill* não é permitida e não é portanto incluída na determinação da parte do investidor nos resultados da associada.

O *goodwill* é testado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos activos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Qualquer excesso da parte do investidor no justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada acima do custo do investimento é excluído da quantia escriturada do investimento e é incluído como rendimento na determinação da parte do investidor nos resultados da associada do período em que o investimento é

adquirido.

Investimentos em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro

Relativamente às participações expressas em moeda estrangeira em que se aplica o método da equivalência patrimonial, as diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial no início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data de balanço, são relevadas por contrapartida de reservas.

O *goodwill* gerado em moeda estrangeira na aquisição destes investimentos é reavaliado à taxa de câmbio em vigor à data de balanço, por contrapartida de reservas.

Entidades conjuntamente controladas

As entidades conjuntamente controladas, são reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que este cesse e são entidades em que a Empresa tem controlo conjunto definido por acordo contratual.

e) Impostos sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilístico) da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede da Empresa. A Empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (“IRC”) à taxa de 23% sobre a matéria colectável. A tributação é acrescida de Derrama municipal de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregada de 24,5% (incluir a Derrama municipal relevante que pode ir até 1,5%).

Adicionalmente, o lucro tributável que exceda os € 1.500.000 são sujeitos a Derrama estadual às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre € 1.500.000 e € 7.500.000;
- 5% para lucros tributáveis entre € 7.500.000 e € 35.000.000;
- 7% para lucros tributáveis superiores a € 35.000.000.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos relevados contabilisticamente e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respectivo desconto financeiro.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer

ou ajustar, em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014 é de 12 anos. Para os exercícios de 2012 e 2013 o prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis é de cinco anos de tributação. Este prazo é de quatro anos para os prejuízos fiscais reportáveis apurados nos períodos de 2010 e 2011 e seis anos para os períodos de tributação anteriores.

Adicionalmente, a dedução de prejuízos fiscais reportáveis está limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efectuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014, independentemente do período de tributação em que tenham sido apurados. Este limite ascende a 75% para os exercícios de 2012 e 2013.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, a Empresa procede à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que a Empresa:

Tiver um direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes;

Os activos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

f) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

A Empresa reduz o custo dos inventários (*write down*) para o seu valor realizável líquido sempre que esses activos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

g) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efectiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na

avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

h) **Activos não correntes detidos para venda**

Os activos não correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente), são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda imediata na sua condição actual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

A Empresa também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata na sua condição actual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, os activos não correntes detidos para venda e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda, são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

i) **Caixa e equivalentes de caixa**

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de

dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

j) **Transacções em moeda estrangeira**

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção.

Os activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

Quando um ganho ou uma perda num item não monetário é reconhecido directamente no capital próprio, qualquer diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida directamente no capital próprio. Quando um ganho ou uma perda com um item não monetário é reconhecido nos resultados, qualquer diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida nos resultados.

As taxas de câmbio utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são analisadas como segue:

Moeda		Taxas em Dezembro 2015		Taxas em Dezembro 2014	
		Câmbio Fecho	Câmbio Médio	Câmbio Fecho	Câmbio Médio
Dólar dos Estados Unidos	USD	1,0887	-	1,23	-
Libra Esterlina	GBP	0,73395	-	0,79	-
Kuanza	AKZ	147,8315	142,6458	125,11	127,05
Dinar Argelino	DZD	116,5985	-	106,74	105,98
Escudo de Cabo Verde	CVE	110,27	110,27	110,27	110,27
Franco Guineense	GNF	8442,87	8463	-	-
Metical de Moçambique	MZN	49,29	43,534	38,28	40,38

k) **Provisões**

São reconhecidas provisões quando:

- A Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efectuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.
- Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

l) **Provisões para contratos onerosos**

A Empresa reconhece uma provisão para contratos onerosos sempre que os custos não evitáveis de satisfazer

as obrigações do contrato excedem os benefícios económicos que se espera sejam recebidos ao abrigo do mesmo.

m) Activos e passivos contingentes

A Empresa não reconhece activos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os activos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

n) Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

o) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. O rédito da empresa resulta essencialmente da prestação de serviços de construção que se enquadra na NCRF 19 – Contratos de construção e na venda de bens.

Nos termos da NCRF 19, quando o desfecho de um contrato de construção puder ser fiavelmente estimado, o rédito do contrato e os custos do contrato associados ao contrato de construção devem ser reconhecidos como rédito e gastos respectivamente com referência à fase de acabamento da actividade do contrato à data do balanço. Uma perda esperada no contrato de construção deve ser reconhecida imediatamente como um gasto.

O desfecho de um contrato de construção pode ser fiavelmente estimado quando estiverem satisfeitas todas as condições seguintes:

- O rédito do contrato possa ser mensurado fiavelmente;
- Seja provável que os benefícios económicos associados ao contrato fluirão para a entidade;
- Tanto os custos do contrato para o acabar como a fase de acabamento do contrato na data do balanço possam ser fiavelmente mensurados; e
- Os custos de contrato atribuíveis ao contrato possam ser claramente identificados e fiavelmente mensurados de forma que os custos reais do contrato incorridos possam ser comparados com estimativas anteriores.

Quando o desfecho de um contrato de construção não possa ser estimado fiavelmente:

- O rédito somente deve ser reconhecido até ao ponto em que seja provável que os custos do contrato incorridos serão recuperáveis; e
- Os custos do contrato devem ser reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Empresa tenha transferido para o comprador os

riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;

- A Empresa não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efectivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

A fase de acabamento do contrato é determinada com base na proporção dos custos incorridos no trabalho executado até à data do relato com os custos estimados totais do contrato. Os pagamentos progressivos e os adiantamentos recebidos dos clientes não reflectem trabalho executado pelo que não são considerados no reconhecimento do rédito.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

p) Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas antes de os financiamentos serem utilizados, e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados que diga respeito a diferenças cambiais associadas aos financiamentos e contratos de *swap* ou outros derivados inerentes a coberturas de risco associadas aos financiamentos contraídos.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo pelo método do custo amortizado.

Os juros de aplicações financeiras e outros rendimentos de investimentos efectuados são reconhecidos, na demonstração dos resultados em outros rendimentos e ganhos.

q) Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras apresentadas reflectem os eventos subsequentes ocorridos até 15 de Fevereiro de 2016, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 40.

r) Instrumentos financeiros

A Empresa reconhece um activo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os custos iniciais não incluem os custos de transacção dos activos ou passivos financeiros mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

A Empresa mensura os seus activos e passivos financeiros em cada data de relato ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Empresa mensura os instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado menos perda por imparidade quando satisfazem as seguintes condições:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam (i) de montante fixo, (ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante;
- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito)

s) **Imparidade**

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os activos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

t) **Contabilidade de cobertura**

A Empresa utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro, cambial e risco de preço resultante da sua actividade operacional e de financiamento. Os derivados que não se qualificam como de cobertura são registados como de negociação. Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pela Empresa. Uma relação de cobertura existe quando:

- À data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- Existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade;
- A cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente

efectiva ao longo do período de relato financeiro;

Em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Cobertura de risco de taxa de juro fixa ou de risco de preços de mercadorias para mercadorias detidas

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do risco coberto do activo, passivo ou grupo de activos e passivos. Se a relação de cobertura deixar de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura e o instrumento coberto não for desreconhecido, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados até à maturidade do item coberto utilizando o método da taxa de juro original efectiva.

Efectividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, tem que ser demonstrada a sua efectividade. Assim, a Empresa executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura e testes prospectivos e retrospectivos em cada data de balanço, de modo a demonstrar a sua efectividade mostrando que as alterações no justo valor do instrumento coberto são compensadas por alterações no justo valor do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

3.3 Principais estimativas e julgamentos

As NCRF requerem que sejam efectuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor

no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efectuada pela Empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Empresa, durante um período de quatro ou seis anos (quatro anos a partir dos prejuízos gerados no período de 2010), no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Empresa, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros

registados nas demonstrações financeiras.

O reconhecimento dos activos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais teve por base projecções da Empresa, que demonstram a existência de lucros tributáveis futuros.

Vida útil dos activos fixos tangíveis

A vida útil corresponde ao período durante o qual a empresa espera que o activo esteja disponível para uso. As vidas úteis estimadas apresentadas na nota 3.2 foram determinadas considerando os seguintes factores:

- Uso esperado do activo;
- Desgaste normal esperado do activo considerando níveis de actividade e programa de reparação e manutenção;
- Obsolescência técnica ou comercial proveniente de alterações ou melhoramentos na produção ou de uma alteração na procura de mercado para o serviço ou produto derivado do activo e,
- Limites legais ou semelhantes no uso do activo.

A vida útil do activo é, assim, uma questão de juízo de valor baseada na experiência da empresa. O Conselho de Administração considera que as vidas úteis consideradas são as que melhor reflectem a utilidade esperada do activo.

Estimativa de custos totais de contrato

O rédito dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecido com referência à fase de acabamento da actividade do contrato à data de balanço.

Na determinação da fase de acabamento do contrato são consideradas estimativas de custos totais de contrato. Estas estimativas de custos totais de contrato são apuradas com base no sistema de orçamentação do Departamento de Produção que identifica e valoriza as actividades a executar ao longo do projecto e provocam alterações na aferição da fase de acabamento do contrato à data de balanço e consequentemente no montante do rédito do contrato a reconhecer.

O Conselho de Administração revê as estimativas dos custos totais de contrato em cada data de relato e considera que, com base no sistema de orçamentação e acompanhamento da execução de projectos e na sua experiência, estas reflectem de forma apropriada e provavelmente o desfecho dos contratos à data de balanço.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo órgão de gestão da Empresa situações que sejam susceptíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade da Empresa. Em 31 de Dezembro de 2015, a carteira de obras totalizava cerca de Euro 41,475 milhões a executar em dois/três anos.

3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4 Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento. A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como actividades de investimento.

4.1 A 31 de Dezembro de 2015 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

4.2 A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	<i>(valores em euros)</i>	
	31-12-2015	31-12-2014
Caixa		
Caixa Sede	598	1 156
Caixa Obras	8 589	9 503
Caixa Sucursais	11 550	18 891
Caixa ACEs / Subsidiárias	3 172	2 444
	23 909	31 994
Depósitos à ordem		
Bancos Sede	221 278	159 674
Bancos Sucursais	393 910	425 695
Bancos ACEs / subsidiárias	2 878 141	1 349 898
	3 493 328	1 935 267
Outros depósitos bancários		
Bancos Sede	190 000	200 000
	190 000	200 000
Total:	3 707 238	2 167 261

5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o presente período a Empresa não procedeu a alterações nas políticas contabilísticas ou nas estimativas contabilísticas nem registou correcções por erros.

6 Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	<i>(valores em euros)</i>	
	31-12-2015	31-12-2014
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	1 074 621	1 074 621
Edifícios e outras construções	3 404 797	3 404 797
Equipamento básico	11 495 972	11 695 113
Equipamento de transporte	2 343 073	2 177 929
Equipamento administrativo	1 649 156	1 474 106
Outros activos fixos tangíveis	57 255	53 900
Investimentos em Curso	-	-
	20 024 875	19 880 466
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	(1 014 715)	(997 194)
Depreciação acumulada de períodos anteriores	(13 356 655)	(13 083 422)
	(14 371 370)	(14 080 616)
Valor líquido contabilístico:	5 653 505	5 799 850

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis durante o ano 2015 são analisados como segue:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Adições	Alienações	Transferências	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto:						
Terrenos e recursos naturais	1 074 621	-	-	-	-	1 074 621
Edifícios e outras construções	3 404 797	-	-	-	-	3 404 797,05
Equipamento básico	11 695 113	409 877	(646 527)	36 277	1 233	11 495 972,34
Equipamento de transporte	2 177 929	391 396	(232 890)	-	6 639	2 343 073,46
Equipamento administrativo	1 474 106	188 847	(13 692)	-	(104)	1 649 156,45
Outros activos fixos tangíveis	53 899	3 344	-	-	12	57 254,98
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
	19 880 466	993 463	(893 109)	36 277	7 779	20 024 876
Depreciação acumulada e imparidade						
Edifícios e outras construções	(1 221 138)	(132 850)	-	-	-	(1 353 987,39)
Equipamento básico	(10 016 274)	(442 587)	603 929	(102 993)	-	(9 957 925,12)
Equipamento de transporte	(1 511 108)	(350 885)	215 759	-	(6 026)	(1 652 259,63)
Equipamento administrativo	(1 288 755)	(85 759)	13 291	-	-	(1 361 223,80)
Outros activos fixos tangíveis	(43 341)	(2 634)	-	-	-	(45 975,09)
	(14 080 616)	(1 014 715)	832 979	(102 993)	(6 026)	(14 371 371)
Valor líquido contabilístico:	5 799 850					5 653 505

As principais adições do período de 2015 referem-se à aquisição de máquinas e equipamento de transporte.

As principais alienações do período de 2015 dizem respeito à venda de duas máquinas.

As transferências dizem essencialmente respeito à transferência de um imóvel e respectivo terreno para Activos não correntes detidos para venda (ver nota 15).

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis durante o ano 2014 são analisados como segue:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Adições	Alienações	Transferências	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto:						
Terrenos e recursos naturais	1 172 795	-	-	(98 174)	-	1 074 621
Edifícios e outras construções	3 964 372	7 085	-	(566 660)	-	3 404 797
Equipamento básico	11 996 244	277 366	(609 993)	20 610	10 886	11 695 113
Equipamento de transporte	1 634 350	513 718	(63 767)	-	93 628	2 177 929
Equipamento administrativo	1 319 717	150 153	(540)	-	4 775	1 474 105
Outros activos fixos tangíveis	53 147	378	-	-	376	53 901
Investimentos em curso	20 610	-	-	(20 610)	-	-
	20 161 235	948 700	(674 300)	(664 834)	109 665	19 880 466
Depreciação acumulada e imparidade						
Edifícios e outras construções	(1 475 137)	(133 622)	-	387 621	-	(1 221 138)
Equipamento básico	(10 113 825)	(511 316)	608 867	-	-	(10 016 274)
Equipamento de transporte	(1 270 438)	(304 685)	64 015	-	-	(1 511 108)
Equipamento administrativo	(1 244 396)	(44 899)	540	-	-	(1 288 755)
Outros activos fixos tangíveis	(40 668)	(2 672)	-	-	-	(43 340)
	(14 144 464)	(997 194)	673 422	387 621	-	(14 080 616)
Valor líquido contabilístico:	6 016 771					5 799 850

À data de 31 de Dezembro de 2015, o valor dos activos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Rubrica	31-12-2015			31-12-2014		
	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido
Terrenos e recursos naturais	1 030 558	-	1 030 558	1 030 558	-	1 030 558
Edifícios e outras construções	2 718 549	(777 045)	1 941 504	2 718 549	(659 095)	2 059 454
Equipamento básico	145 009	(40 628)	104 381	106 000	(19 921)	86 079
Equipamento de transporte	29 815	(19 254)	10 560	112 993	(93 337)	19 656
Total:	3 923 931	(836 928)	3 087 003	3 968 100	(772 353)	3 195 747

O total dos pagamentos futuros mínimos apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015			31-12-2014		
	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas
Menos de um ano	294 513	8 089	302 602	302 662	12 108	314 770
Entre um e cinco anos	668 983	8 617	677 600	965 166	40 647	1 005 813
Mais de cinco anos	-	-	-	-	-	-
Total:	963 496	16 706	980 202	1 267 828	52 755	1 320 583

7 Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015			31-12-2014		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Marinertes, SA	321 601	(321 601)	-	339 055	(339 055)	-
Total:	321 601	(321 601)	-	339 055	(339 055)	-

A Empresa aplica o método da equivalência patrimonial na valorização dos investimentos financeiros nas suas demonstrações financeiras.

A informação financeira resumida referente às associadas, subsidiárias e empreendimentos conjuntos apresenta-se como segue:

Nome da empresa	% de participação	Data de referência	Activos	Passivos	Capital Próprio	Rendimentos	Resultado líquido
Marinertes, SA	29,00%	31-12-2015	14 251	469 747	423 686	2	(31 810)

8 Impostos sobre o rendimento

Os principais componentes de gastos/rendimentos de impostos apresentam-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	2015	2014
Imposto corrente	(446 602)	454 762
	(446 602)	454 762

O detalhe dos créditos fiscais reportáveis é analisado como segue:

(valores em euros)

Data limite de reporte	31-12-2015	31-12-2014
2015	-	37 747
2017	51 181	51 181
2020	39 444	39 444
2021	34 930	-
	125 555	128 372

A Empresa não reconheceu os seguintes impostos diferidos activos:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015		31-12-2014	
	Base	Imposto	Base	Imposto
Prejuízos fiscais				
2011	-	-	1 008 403	231 933
2012	1 001 295	210 272	3 288 129	756 270
2013	1 436 085	301 578	1 436 085	330 300
2014	1 893 772	397 692	1 894 311	435 691
	4 331 153	909 542	7 626 928	1 754 194

A taxa efectiva de imposto apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	2015	2014
Resultados antes de impostos	4 200 480	(1 448 567)
Taxa nominal de imposto	22,5%	24,5%
Imposto esperado	945.108	(354,899)
Diferenças entre resultado contabilístico e fiscal		
Diferências temporárias	151 298	(241 559)
Método de equivalência patrimonial	11 174	(147 015)
Imparidades do período não aceites	6 474	46 807
Provisões não dedutíveis	49 740	2 672
Prejuízo fiscal imputado por ACE	-	(71 662)
Imparidades tributadas	(1 714)	(145)
Provisões tributadas	(10 938)	(8 228)
Outras	76 616	(26 614)
Lucro tributável/ (Prejuízo fiscal)	4 707 480	(1 894 311)
Dedução de prejuízos fiscais de anos anteriores	(3 295 236)	-
Imposto calculado	296 571	-
Ajustamentos à colecta	156 363	152 097
Diferenças de taxa de imposto - Sucursais	(6 331)	288 432
Imposto sobre o rendimento do exercício - a pagar/ (a receber)	446 602	440 529
Imposto corrente - gasto/ (rendimento)	446 602	440 529
Imposto diferido do período - gasto/ (rendimento)	-	-
	446 602	440 529
Taxa efectiva de imposto	10,6%	30,4%

As diferenças permanentes referem-se a acréscimos e deduções à matéria colectável enquanto os ajustamentos à colecta respeitam a deduções à colecta, de acordo com as regras fiscais vigentes à data de balanço.

9 Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2015	31-12-2014
Valor Bruto:		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	319 416	319 942
Valor líquido contabilístico:	319 416	319 942

Durante o período foram reconhecidos como Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas um total de Euro 10.842.758 (2014: Euro 3.704.200), conforme nota 31.

10 Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2015	31-12-2014
Valor Bruto:		
Clientes c/c		
Gerais	14 062 917	4 131 883
Empresas subsidiárias	3 302	591
Empresas associadas	20 810	18 165
Empreendimentos conjuntos	361 738	4 406 951
	14 448 766	8 557 590
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	(271 004)	(162 167)
Perdas por imparidade de períodos anteriores	(792 448)	(630 281)
	(1 063 452)	(792 448)
Valor líquido contabilístico:	13 385 314	7 765 142

Na rubrica de Clientes com depósito de garantia (não corrente), é apresentado a 31 de Dezembro de 2015 um saldo que ascende a Euro 3.241.508 (2014: Euro 1.092.409). Cerca de 88% do saldo deve-se ao contrato executado pela Joint venture Aarsleff-Seth.

Esta rubrica compreende retenções efectuadas pelos clientes a título de garantia contratual cujo prazo de libertação das garantias é entre 1 a 5 anos.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	(valores em euros)			
	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade				
Clientes gerais	(792 448)	(271 004)	-	(1 063 452)
Total:	(792 448)	(271 004)	-	(1 063 452)

A antiguidade dos saldos de clientes conta corrente apresenta-se como segue:

Saldo	(valores em euros)								
	Menos de 1 mês	Entre 1 e 2 meses	Entre 2 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 12 e 18 meses	Entre 18 e 24 meses	Mais de 24 meses	Total
Clientes	3 403 036	3 333 921	5 780 473	61 453	167 983	8 909	73 968	555 571	13 385 314

11 Adiantamentos a fornecedores

A rubrica de adiantamentos a fornecedores é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2015	31-12-2014
Valor Bruto:		
Fornecedores Gerais	1 892 602	2 582 326
Valor líquido contabilístico:	1 892 602	2 582 326

O saldo verificado em 31 de Dezembro de 2015 respeita maioritariamente a fornecedores do contrato executado pela Joint Venture Aarsleff-Seth.

12 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2015	31-12-2014
Activo		
IVA reembolsos pedidos	66 146	25 920
IVA a recuperar	106 316	37 498
Imposto sobre o rendimento	163 302	128 372
Outros impostos	4 990	862
IVA a recuperar (Sucursais)	666 315	562 946
Imposto sobre o rendimento (Sucursais)	33 439	17 252
IVA a recuperar (Outras sociedades)	53 943	8 017
Imposto sobre o rendimento (Outras sociedades)	87 562	108 347
Total:	1 182 015	889 214
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	178 779	134 253
Contribuições para a Segurança Social	99 114	78 470
Retenções de imposto sobre o rendimento	64 260	60 532
Outros impostos	-	-
Imposto sobre o rendimento (Sucursais)	422 587	267 253
Contribuições para a Segurança Social (Sucursais)	2 089	1 993
Outras tributações (Sucursais)	11 424	126 688
IVA a pagar (Outras sociedades)	19 355	65 583
Contribuições para a Segurança Social (Outras sociedades)	374	522
Outras tributações (Outras sociedades)	88	97
Total:	798 071	735 390

13 Outras contas a receber

A rubrica de outras contas a receber é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2015	31-12-2014
Valor Bruto:		
Outros devedores	5 915 021	5 296 224
Grau Acabamento	3 403 450	1 552 510
Outros acréscimos rendimentos	628 487	2 412 866
	9 946 958	9 261 600
Imparidade acumulada		
Imparidade do período	-	-
Imparidade de períodos anteriores	(370 631)	(370 631)
	(370 631)	(370 631)
Valor líquido contabilístico:	9 576 327	8 890 969

O valor apresentado em Outros devedores tem como valores mais significativos as dívidas dos empreendimentos conjuntos, GMP ACE e GPM MEK, e da sucursal de Moçambique.

A rubrica grau de acabamento refere-se a montantes relacionados com a prestação de serviços de construção que foram realizados pela SETH à data de balanço, conforme respectivos autos de medição dos gastos incorridos e para as quais não foi emitida a respectiva factura.

Obra	Grau Acabamento €
EDAP Lot 2, EDM	331 247
EDAP Lot 4, EDM	466 780
EDAP Lot 5, EDM	124 100
EDAP Lot 7, EDM	158 047
EDAP Lot 8, EDM	856 331
KCT Phase III GAC	1 140 060
220 Kv Mocuba	25 682
Quay, Montijo	137 225
Manifold, Caparica	27 784
Pipe repair, Santo Andre	136 194
Mozambique Power Grid	390 21
Total:	3 403 840

A rubrica de outros acréscimos de rendimentos inclui essencialmente o montante de Euro 238 965,00 relacionado com a obra em Gibraltar.

14 Diferimentos

A rubrica de diferimentos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2015	31-12-2014
Activo		
Gastos a reconhecer		
Seguros liquidados	57 158	39 456
Outros gastos a reconhecer	97 846	87 325
Total:	155 004	126 781
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Grau de Acabamento	1 489 140	246 892
Juros	327 826	427 867
Garantia de Obras	37 371	43 542
Outros rendimentos a reconhecer	-	3 868
Total:	1 854 336	722 169

A rubrica grau de acabamento refere-se a montantes relacionados com a prestação de serviços de construção ainda não realizada à data de balanço mas já debitada ao cliente.

Obra	Grau Acabamento €
Moz Power Grid Distribution	737 965
Warehouse, Sapec	47 563
Pontoons, APSS	319 598
Defenses, LNG Terminal REN	340 858
T-611, Lajes Field	43 156
Total:	1 489 140

Os rendimentos a reconhecer com juros correspondem a juros de mora debitados a clientes cujo reconhecimento do rendimento depende do recebimento efectivo.

A rubrica garantia de obras respeita ao montante estimado pela SETH do rédito por reconhecer derivado dos gastos a incorrer pela prestação de trabalhos adicionais para fazer face a garantias contratuais das obras concluídas e em curso.

15 Activos financeiros detidos para negociação

A rubrica de activos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

Descrição	<i>(valores em euros)</i>	
	31-12-2015	31-12-2014
Activos financeiros (acções)	20 116	20 116
Total:	20 116	20 116

O saldo da rubrica compreende essencialmente as acções da LISGARANTE que se encontram registada pelo seu valor de mercado na data do balanço.

16 Activos não correntes detidos para venda

Foi concretizada a venda do imóvel sito na Rotunda Nuno Rodrigues dos Santos, Portela de Sacavém pelo que o saldo desta rubrica é nulo.

17 Capital realizado

O capital social de 4.000.000 euros, representado por 4 milhões de acções ordinárias de valor nominal de 1 euro cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de Dezembro de 2015.

18 Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

19 Outras reservas

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	<i>(valores em euros)</i>	
	31-12-2015	31-12-2014
Outras Reservas	(197 542)	(197 542)
Total:	(197 542)	(197 542)

O saldo compreende quer a rubrica de Excedentes de valorização quer Ajustamentos cambiais havidos com as sucursais.

20 Resultados transitados

A variação dos resultados transitados inclui a aplicação do resultado líquido do período de 2014 no montante da Euro -1.889.096 e a diferença cambial resultante da conversão cambial dos resultados dos anos anteriores das sucursais.

21 Ajustamentos em activos financeiros

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2015	31-12-2014
Relacionados com o método da equivalência patrimonial:		
Decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas	(143 512)	(47 117)
Total:	(143 512)	(47 117)

22 Outras variações no capital próprio

A rubrica de outras variações no capital próprio é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2015	31-12-2015
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	732 651	13 686
Total:	732 651	13 686

Na rubrica diferenças de conversão de demonstrações financeiras, está relevado o montante resultante da variação em moeda nacional dos capitais próprios das sucursais, expressas em moeda estrangeira decorrente da alteração do câmbio respectivo.

23 Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes

O movimento na rubrica de provisões é analisado como segue:

Descrição	(valores em euros)			
	Saldo inicial	Adições	Reversões	Saldo final
Contratos onerosos	-	49 740	-	49 740
Garantias a clientes	29 910	-	(959)	28 952
Impostos	-	270 000	-	270 000
Outros	-	1 267 500	-	1 267 500
	29 910	1 587 240	(959)	1 616 192

Outras provisões refere-se à parcela de risco assumido pela Direcção de Projecto da Aarsleff- SETH JV.

À data de 31 de Dezembro de 2015 existem processos judiciais intentados contra a Empresa, no montante global de Euro 1.513.000 que é convicção da Administração atendendo aos pressupostos e antecedentes das acções judiciais, às expectativas dadas pelos advogados que patrocinam a Empresa e às demais circunstâncias que envolvem os processos, que não resultarão em responsabilidades para a Empresa que justifiquem o registo de provisões para processos judiciais em curso.

Os processos existentes são referentes a reclamações respeitantes a liquidações de IRC dos anos de 1997, 1998, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008.

A 31 de Dezembro de 2015 a Empresa havia prestado as seguintes garantias bancárias:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2015	31-12-2014
Garantias bancárias prestadas a terceiros		
- Bom cumprimento (contratos construção)	14 688 218	15 111 691
- Propostas a Concursos	-	-
- Serviços adquiridos	62 422	62 422
- Judicial	1 853 660	1 853 660
Total:	16 604 301	17 027 773

As garantias bancárias no montante de Euro 1.853.660 são referentes aos processos judiciais atrás descritos.

A empresa não prevê a ocorrência de factos que obriguem a um exfluxo económico.

24 Financiamentos obtidos

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2015	31-12-2014
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	212 823	600 000
Locações financeiras	668 983	965 166
	881 806	1 565 166
Corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	4 565 832	1 605 000
Descobertos bancários	559 229	558 237
Locações financeiras	294 513	302 663
	5 419 573	2 465 900
Total:	6 301 379	4 031 066

Os financiamentos não correntes respeitam a empréstimos e locações financeiras junto do BPI, Santander Totta e Novo Banco com maturidades até 2019.

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2015	31-12-2014
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	5 125 060	2 163 237
De 1 a 5 anos	212 823	600 000
A mais de 5 anos	-	-
	5 337 883	2 763 237
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Locações financeiras		
Até 1 ano	294 513	302 663
De 1 a 5 anos	668 983	965 166
A mais de 5 anos	-	-
	963 496	1 267 829
Total:	6 301 379	4 031 066

À data de 31 de Dezembro de 2015 os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos dos financiamentos obtidos não correntes, são analisados como segue:

Descrição	(valores em euros)				
	2016	2017	2018	2019	Total
Instituições de crédito e sociedades financeiras					
Empréstimos bancários	5 125 060	187 500	25 323	-	5 337 883
Locações financeiras	294 513	271 444	271 619	125 919	963 496
Total:	5 419 573	458 944	296 942	125 919	6 301 379

25 Outras contas a pagar

A rubrica de outras contas a pagar é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2015	31-12-2014
Corrente		
Remunerações a liquidar	525 581	544 484
Credores por acréscimo gastos	311 529	917 408
Outros credores	2 661 782	4 086 150
Total:	3 498 892	5 548 042

26 Fornecedores

A rubrica de fornecedores é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2015	31-12-2014
Fornecedores c/c		
Gerais	8 761 125	3 205 528
Empresa-mãe	-	15 595
Empresas subsidiárias	-	81 288
Empresas associadas	1 544	-
Empreendimentos conjuntos	-	3 979 904
Outras partes relacionadas	-	-
Total:	8 762 669	7 282 315

27 Adiantamento de clientes

A rubrica de adiantamento de clientes é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2015	31-12-2014
Clientes Gerais	8 099 088	6 524 303
Total:	8 099 088	6 524 303

Os valores mais expressivos e que representam 99% do saldo desta rubrica respeitam a adiantamentos efectuados pelo cliente Electricidade de Moçambique (Euro 4.754.888) em contratos quer executados pela SETH quer pela Joint Venture Aarsleff-SETH JV I/S (Euro 3.295.738).

28 Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

Descrição	(valores em euros)	
	2015	2014
Serviços prestados		
Trabalhos de empreitadas	52 361 952	21 786 675
Serviços secundários	253 440	1 327 204
Total:	52 615 392	23 113 879

As principais obras, para o período de 2015, são como segue:

Job	<i>(valores em euros)</i>	
	2015	2014
Caissons, Gibraltar	5 114 154	6 864 400
Salamonde ACE, EDP	49 719	2 859 936
Porto Mindelo, Cabo Verde		1 845 821
Siemens, Nacala		1 445 873
Quay, Enacol CV	65 903	693 851
Mozambique Power Grid Mixed Credit	19 446 362	6 354 326
EDAP	7 097 095	444 175
Recuperação cais, Nova Cimangola		114 514
Mozgrid Distribution	3 117 083	628 238
Ponte de Gafa	642 744	
EDM 33 kV, Gaza, MZ	440 040	
APL Barreiro	612 331	
GAC Equipment	558 977	
Kamsar Container Terminal III	8 473 990	
220 kV Mocuba	3 500 740	
Convert T-611, Lajes	575 358	
Cais de pesca, Montijo	632 117	
Outras	2 288 779	1 862 745
Total:	52 615 392	23 113 879

29 Subsídios à Exploração

A rubrica de Subsídios à Exploração no montante de Euro 3.356 (2014: Euro 4.782) respeita a subsídios de formação profissional e de estágios profissionais recebidos através do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).

30 Trabalhos para a própria entidade

A rubrica de trabalhos para a própria entidade é analisada como segue:

Descrição	<i>(valores em euros)</i>	
	2015	2014
Activos fixos tangíveis	-	3 844
Total:	-	3 844

31 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

Descrição	<i>(valores em euros)</i>	
	31-12-2015	31-12-2014
Saldo inicial (+)	319 942	463 929
Compras (+)	10 842 232	3 560 213
Regularizações (+/-)	-	-
Saldo final (-)	319 416	319 942
CMVMC	10 842 758	(3 704 200)

32 Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2015	2014
Subcontratos	19 705 439	9 384 669
	19 705 439	9 384 669
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	1 584 125	1 527 039
Conservação e reparação	665 026	468 191
Honorários	149 564	119 365
Vigilância e segurança	314 103	96 451
Publicidade e propaganda	9 577	14 364
Outros		590
	2 722 394	2 226 000
Materiais:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	482 339	98 789
Material de escritório	43 146	22 670
Artigos para oferta	9 037	10 710
Livros e documentação técnica	8 852	1 852
Outros	41 543	68 583
	584 918	202 604
Energia e fluidos:		
Combustíveis	695 389	280 450
Electricidade	48 141	49 146
Água	15 679	21 346
Outros	36 414	17 850
	795 622	368 792
Deslocações, estadas e transportes:		
Transportes de mercadorias	866 141	235 444
Deslocações e estadas	411 323	247 676
Transportes de pessoal	11 844	5 885
	1 289 308	489 005
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	1 236 597	1 343 757
Seguros	322 211	271 915
Comunicação	105 550	87 936
Limpeza, higiene e conforto	89 853	49 371
Despesas de representação	99 607	8 768
Contencioso e notariado	11 452	4 157
Outros serviços	585 325	241 554
	2 450 595	2 007 458
Total:	27 548 277	14 678 528

O recurso a subempreitadas quase duplicou face ao ano de 2014 justificado pelo contrato executado pela Joint Venture Aarsleff-Seth.

33 Gastos com pessoal

A rubrica de gastos com pessoal é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2015	2014
Remunerações dos órgãos sociais	257 925	257 097
Remunerações do pessoal	5 388 780	4 151 940
Encargos sobre remunerações	749 834	697 960
Indemnizações	2 041	3 989
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	66 395	62 323
Gastos de acção social	-	-
Outros gastos com o pessoal	88 295	135 273
Total:	6 553 269	5 308 582

A variação verificada em outros gastos com pessoal é essencialmente justificada por um acréscimo na contratação para as obras em Moçambique e Guiné e Joint Venture Aarsleff-Seth.

O detalhe dos trabalhadores do quadro permanente em 31 de Dezembro de 2014 e 2015 por cargos de direcção/chefias superiores e categoria profissional é apresentado como segue:

Descrição	31-12-2015		31-12-2014	
Órgãos sociais	2		2	
Directores/Chefias superiores	6		5	
Quadros superiores	21		21	
Quadros médios	9		9	
Chefias intermédias	17		10	
Profissionais altamente qualificados	11		14	
Profissionais qualificados	64		30	
Profissionais semi-qualificados	5		2	
Profissionais não qualificados	1		1	
Total:	136		94	

34 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de outros rendimentos e ganhos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2015	2014
Rendimentos suplementares	713 582	593 716
Restantes activos financeiros	479 863	437 108
Investimentos não financeiros	450 239	109 206
Ganhos em inventários	-	102 609
Descontos de pronto pagamento obtidos	32 790	168
Outros	176 885	229 622
Total:	1 853 359	1 472 429

A 31 de Dezembro de 2015, as cedências de mão-de-obra e aluguer de equipamentos representam quase a totalidade da rubrica rendimentos suplementares.

A rubrica de Restantes Activos Financeiros reflecte as diferenças cambiais registadas durante o período.

Quanto à rubrica de Investimentos não financeiros, a variação deve-se essencialmente à venda do imóvel na Portela.

35 Outros gastos e perdas

A rubrica de outros gastos e perdas é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2015	2014
Comissões e serviços bancários	654 742	618 937
Impostos	505 435	93 017
Investimentos não financeiros	43 000	7 057
Dívidas incobráveis	196 000	21 180
Outros	241 773	158 015
Total:	1 640 951	898 206

36 Juros e rendimentos similares obtidos

A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2015	2014
Juros obtidos	13 419	6 599
Outros rendimentos similares	1 063	109 661
Total:	14 482	116 260

37 Juros e gastos similares suportados

A rubrica de juros e gastos similares suportados é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2015	2014
Juros suportados	131 723	107 915
Outros gastos e perdas	693 273	310 235
Total:	824 996	418 150

Os juros suportados estão relacionados com os empréstimos obtidos mencionados na nota 23.
A rubrica de Outros Gastos e Perdas reflecte as diferenças cambiais registadas no período.

38 Divulgações de partes relacionadas

Com referência a 31 de Dezembro de 2015 a estrutura accionista da Empresa, é como segue:

Descrição	(número de acções)	
	31-12-2015	31-12-2014
MT Hojgaard a/s	2 400 000	2 400 000
Operatio SGPS SA	-	1 600 000
Approachdetail – SGPS, SA	1 600 000	-
Total:	4 000 000	4 000 000

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Activos		
Subsidiárias	256 152	231 961
Associadas	20 810	18 165
Empreendimentos conjuntos	1 504 544	490 873
Eng. Ricardo Gomes	1 796	251 750
Total:	1 783 301	992 749
Passivos		
Subsidiárias	1 544	1 544
Associadas	48 369	5 011
Empreendimentos conjuntos	-	718 948
MT Højgaard a/s	-	-
Total:	49 912	725 503

39 Contratos de Construção

O método utilizado para a contabilização dos contratos de construção é o método do grau de acabamento. Os réditos e os custos do contrato são reconhecidos de acordo com a NCRF 19.

(valores em euros)

Descrição	Reconhecidos anos anteriores	Reconhecidos no período	Diferidos/ Não Reconhecidos	Total
Gastos	21 886 195	44 177 688	-	66 063 883
Rendimentos/Rédito	25 006 791	52 949 083	-1 914 700	76 041 173

40 Acontecimentos após a data de balanço

Não ocorreram quaisquer acontecimentos relevantes com impacto nas demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2015.

O Conselho de Administração
 Ricardo Pedrosa Gomes (Presidente)
 Peter Kofoed
 Steffen Kremmer
 Villy Petersen

A Contabilista Certificada
 Sofia Mendes

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do art.º 420 conjugado com o n.º 1 do art.º 508-D do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão individual e consolidado, as Demonstrações financeiras individuais e consolidadas e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de SETH – Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, SA, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Desde a data em que fomos nomeados, acompanhamos a atividade da empresa tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos como garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos que a definição do perímetro de consolidação e as operações de consolidação efetuadas estão de harmonia com o estabelecido nas normas de consolidação aplicáveis;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas individuais e consolidadas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas individuais, conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas consolidadas, conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados do Grupo do qual a sociedade é a empresa-mãe;
- Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades provenientes dos acionistas e colaboradores da sociedade;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão das contas individuais, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão Consolidado, o Balanço, a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e o Anexo Consolidado, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da Lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da Lei e do contrato de sociedade.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal das contas que efetuámos, foram emitidas, nesta data, as correspondentes Certificações Legais das Contas sobre as contas individuais e consolidadas, ambas com uma reserva e com uma ênfase.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização da SETH – Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, SA nos termos do artigo 420.º conjugado com o n.º 1 do art.º 508-D do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 31 de dezembro de 2015 cumpre com os requisitos relativos à constituição de reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;

O Relatório de Gestão e o Relatório de Gestão Consolidado do exercício de 31 de dezembro de 2015 satisfazem os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais;

O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 31 de dezembro de 2015, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis se salvaguardada a reserva incluída na Certificação Legal das Contas;

O Balanço, a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e o Anexo Consolidado, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis se salvaguardada a reserva incluída na Certificação Legal das Contas.

Lisboa, 7 de Março de 2016

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, SA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º 178)
Representada por:
Luís Miguel Gonçalves Rosado (ROC n.º 1607)

Certificação Legal das Contas Consolidadas



Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da SETH—Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, SA, as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2015 (que evidencia um total de 39.133.045 Euros e um total de capital próprio de 8.202.418 Euros, incluindo um resultado líquido atribuído aos detentores de capital da Empresa, enquanto mãe do grupo, de 3.766.959 Euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo Consolidado.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações consolidadas no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Exceto quanto à limitação descrita no parágrafo n.º 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio de continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. A Administração da Empresa estimou o rédito e os gastos do mês de Dezembro de 2014 da entidade conjuntamente controlada “Joint-venture Aarsleef-Seth” em 1.117 milhares de Euros e 587 milhares de Euros, respetivamente. Pela ausência de informação suficiente e relevante, esta estimativa foi considerada uma reserva por limitação de âmbito na Certificação Legal das Contas do exercício anterior. Em 31 de dezembro de 2015, embora o valor integrado nas contas corresponda ao dos capitais próprios, não dispomos de elementos que nos permitam determinar: (i) a extensão em que os resultados do exercício e se encontram afetados por correções que deveria ter sido levadas a resultados de exercícios anteriores (ii) quais os comparativos que deveriam ter sido re-expressos.

Opinião

8. Em nossa opinião, exceto quanto ao efeito dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo n.º 7 acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de SETH – Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, SA em 31 de dezembro de 2015, o resultado consolidado das suas operações, as alterações consolidadas no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa consolidados, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfase

9. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de que as reservas relativas a reconhecimento de prestações de serviço (651 milhares de Euros) e imparidade de dívidas a receber (274 milhares de Euros) incluídas na Certificação Legal das Contas de 31 de dezembro de 2014 emitida por outros auditores, deixaram de ser aplicáveis no exercício findo em 31 de dezembro de

2015, por terem sido sanados, sem qualquer afetação material nos resultados do presente exercício, os factos que estavam na sua origem.

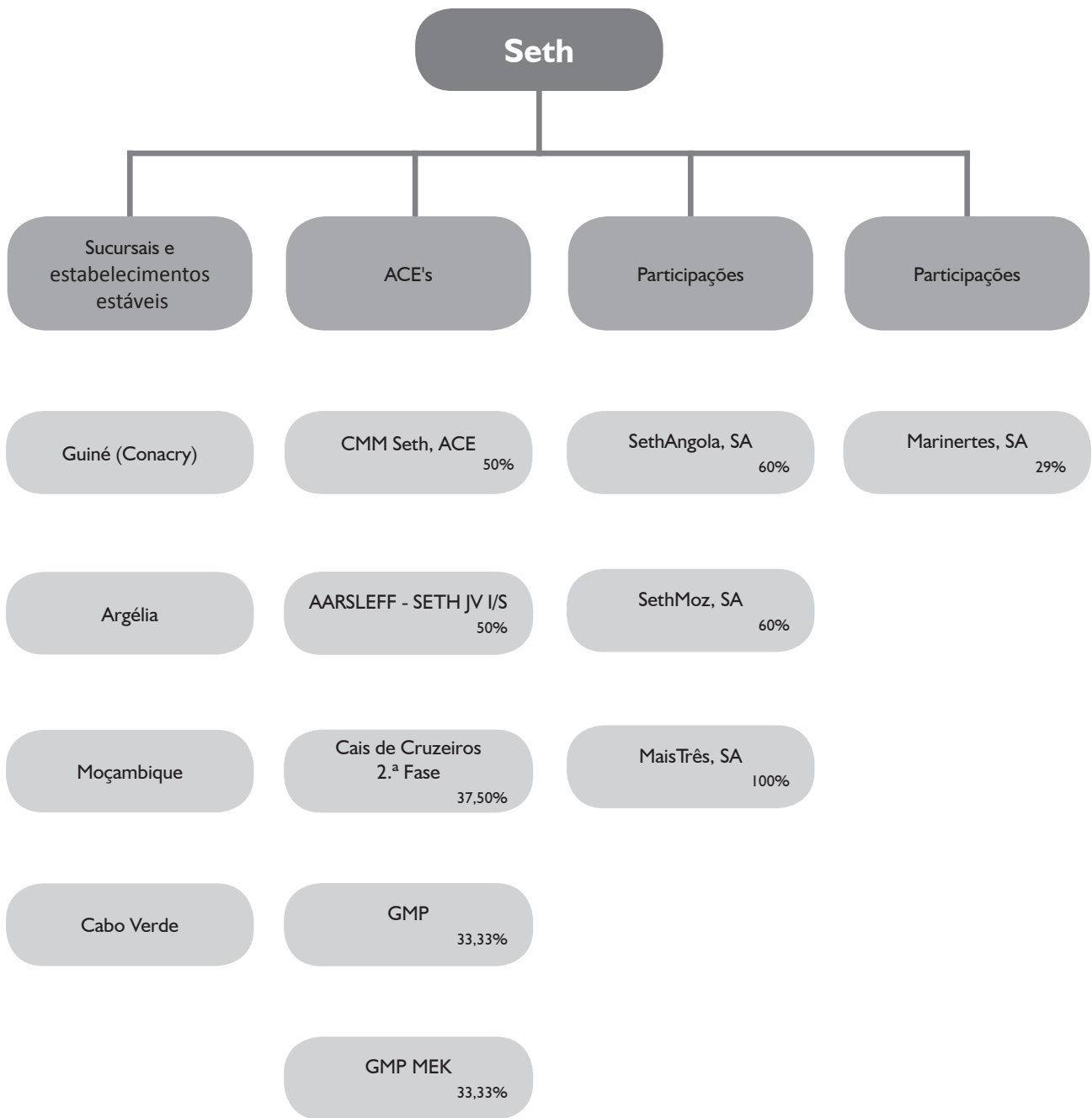
Relato sobre outros requisitos legais

10. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Lisboa, 7 de março de 2016

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, SA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º 178)
Representada por:
Luís Miguel Gonçalves Rosado (ROC n.º 1607)





Certificações



Certificado
Certificate

NÚMERO 2012/CEP.4165
Number

O Sistema de Gestão da Qualidade de
The Quality Management System of

SETH – SOCIEDADE DE EMPREITADAS E TRABALHOS HIDRÁULICOS, S.A.

Sede
Head Office
Avenida Tomás Ribeiro, 145
2790-467 QUELIAS
PORTUGAL

Estaleiro Central de Palmela
Palmela Central Yard
Rua da Ponte 2 - Orvidais
2950-422 SETÚBAL
PORTUGAL

Implementado em obras de construção civil, engenharia portuária e costeira, cravação de estacas, trabalhos de hidráulica fluvial e marítima, estações de tratamento de águas e de águas residuais em Portugal e Ilhas, cumpre os requisitos da norma
Implemented in the civil works, port and coastal engineering, pile driving, hydraulic works and river sea, water treatment plants and wastewater in Portugal and Islands, meets the requirements of the standard

NP EN ISO 9001:2008






 José Leitão
CEO

Emitido em 2016-01-25
Date of issue
Válido até 2018-09-15
Valid until

APCER – Associação Portuguesa de Certificação
Edifício de Serviços da Tapapor, 2º andar, Av. Dr. António Macedo
4450-617 Leça da Palmeira
www.apcergroup.com



THE INTERNATIONAL CERTIFICATION NETWORK

CERTIFICATE

IQNet and
APCER
hereby certify that the organization
**SETH – SOCIEDADE DE EMPREITADAS E TRABALHOS
HIDRÁULICOS, S.A.**

Head Office
Avenida Tomás Ribeiro, 145
2790-467 QUELIAS - PORTUGAL

Palmela Central Yard
Rua da Ponte 2 - Orvidais
2950-422 SETÚBAL - PORTUGAL

for the following field of activities
civil works, port and coastal engineering, pile driving, hydraulic works and river sea, water
treatment plants and wastewater in Portugal and Islands
has implemented and maintains a
Quality Management System
Which fulfils the requirements of the following standard
ISO 9001:2008
Issued on: 2016-01-25
Validity date: 2018-09-15
Registration Number: PT- 2012/CEP.4165


 Michael Drechsel
President of IQNet


 José Leitão
APCER CEO



Any additional certification concerning the scope of this certificate must be obtained by consulting APCER.

IQNet Partners*:
AENOR Spain APNOR Certification France AIB-Vincotte International Belgium ANCE-SIGE Mexico APCER Portugal UCC Cyprus
CIBQ Italy CQC China CQM China CQS Czech Republic Cro Cert Croatia DQS Holding GmbH Germany
PCAV Brazil FONDORORMA Venezuela ICONTEC Colombia IMNC Mexico Inspecera Certification Finland IRAM Argentina
-JQA Japan KIQ Korea KIRTEC Greece MSZT Hungary Nemko AS Norway NSAI Ireland PCBC Poland
Quality Austria Austria RR Russia SII Juneau SIQ Slovenia SIRIM QAS International Malaysia
SQS Switzerland SRAC Romania TEST St Petersburg Russia TSE Turkey YUQS Serbia
IQNet is represented in the USA by APNOR Certification, CIBQ, DQS Holding GmbH and NSAI Inc.

* The list of IQNet partners is valid at the time of issue of this certificate. Updated information is available under www.iqnet-certification.com







SETH – RELATÓRIO E CONTAS 2015

Ficha Técnica

Coordenação Editorial: Inácio Beirão

Textos: Seth

Fotografia da capa: Em cima - Obra 1301 – Reinforcement and Extension of the National Power Grid (Moçambique, 2013-2016)

Em baixo - 1502 – Kamsar Container Terminal, Phase III (Guiné-Conakry, 2015-2016)

Pré-impressão, design/paginação, impressão e acabamento: Gráfica Sobreirense (Sobreiro, Mafra)





Avenida Tomás Ribeiro, 145
2790-467 QUEIJAS – Portugal
Tel.: +(351) 21 943 14 79
Fax: +(351) 21 943 15 18
seth@seth.pt

ALVARÁ N.º 5
NIPC 500 257 760

www.seth.pt

